



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

PROJETO DE LEI Nº 201 2023

Institui a Lei Centenária que dispõe sobre a preservação da memória político-administrativa do município de Itabirito, e da outras providências.

Art. 1º - Deverá o Poder Executivo manter atualizados e acessíveis a toda população, os dados da vida político-administrativa municipal desde a sua emancipação política ocorrida através da Lei Estadual 1039 de 12 de dezembro de 1953.

Art. 2º Os arquivos de informação da memória político-administrativa de Itabirito, incluindo a linha cronológica dos representantes do Executivo e do Legislativo municipais, será considerados as fotografias, filmes, jornais documentos, periódicos e quaisquer outros elementos que possam constituir e relembrar a memória político-administrativa municipal.

Art. 3º- São diretrizes da memória política – do Município de Itabirito:

- I- Permitir contato visual da nossa população com a história político-administrativa da cidade;
- II- Promover e difundir o conhecimento da nossa história junto aos estudantes e a sociedade em geral;

*Recebido
18/08/2023 às 15:50h.
Beatriz*



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

- III- Despertar a consciência da população e o respeito à história político- administrativa do Município;
- IV- Envolver a sociedade num processo de conhecimento, compreensão e preservação de nossa história política.

Art. 4º O Poder Executivo terá um prazo de sessenta dias para regulamentar a presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de Agosto de 2023.

ANDERSON MARTINS DA CONCEIÇÃO
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Justificativa:

A proposta de projeto de lei que dispõe sobre a preservação da memória político-administrativa do município de Itabirito é uma medida de extrema importância para garantir o registro e a valorização da história que moldou nossa comunidade ao longo do tempo. A preservação da memória é fundamental para a compreensão da nossa identidade local, das decisões tomadas no passado e das conquistas que sustentam o presente.

Justifica-se, portanto, a criação deste projeto de lei pelos seguintes motivos:

Resgate Histórico: O conhecimento da história política e administrativa de Itabirito é essencial para entendermos como chegamos ao nosso estado atual. Os eventos passados moldaram nossa cidade e suas políticas, contribuindo para o que somos hoje. A preservação dessas informações garante que futuras gerações possam compreender as bases sobre as quais nossa comunidade foi construída.

Fortalecimento da Identidade Local: Ao preservar a memória política e administrativa, estamos fortalecendo a identidade e o senso de pertencimento dos cidadãos de Itabirito. O conhecimento do passado gera respeito e apreço pela trajetória coletiva, unindo os moradores em torno de um legado comum.

Transparência e Prestação de Contas: A disponibilidade de informações históricas sobre decisões políticas e administrativas permite uma maior transparência na gestão pública. A prestação de contas para a comunidade é enriquecida quando a população pode acessar e compreender as ações do passado que levaram às políticas atuais.

Estímulo à Participação Cidadã: A preservação da memória política e administrativa também pode incentivar uma participação mais ativa da



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

comunidade nas decisões públicas. O conhecimento das experiências passadas ajuda a tomar decisões mais informadas e a avaliar as implicações de diferentes abordagens.

Registro para Pesquisas e Estudos: A preservação da memória é valiosa para fins acadêmicos e de pesquisa. Historiadores, acadêmicos e estudantes podem utilizar esses registros para aprofundar o entendimento da evolução política e administrativa do município.

Conservação do Patrimônio Intangível: A memória é um patrimônio intangível que merece ser protegido tanto quanto os bens materiais. Ao preservar as histórias, os valores e os feitos de nossa comunidade, estamos zelando por um legado que é tão precioso quanto qualquer construção física.

Diante desses argumentos, a aprovação deste projeto de lei é crucial para assegurar que a memória político-administrativa de Itabirito seja preservada e transmitida às gerações futuras. Com essa medida, estaremos contribuindo para um município mais consciente de sua história e mais preparado para enfrentar os desafios do futuro.

Sendo assim, solicito aos nobres parlamentares a análise e aprovação deste projeto de lei, visando o enriquecimento da identidade local e o fortalecimento dos princípios democráticos em nosso município.

Sala das Reuniões, 21 de Agosto de 2023.

ANDERSON MARTINS DA CONCEIÇÃO
VEREADOR